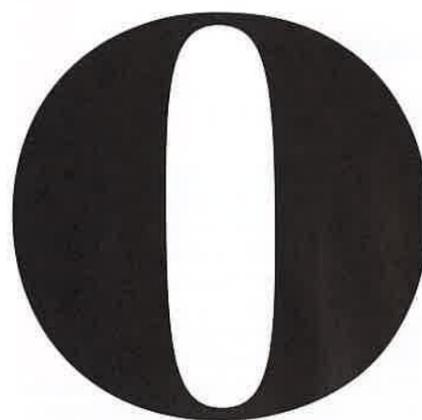




À PROCURA DE NOVOS MOTORES PARA LIGAR A ECONOMIA

Depois da contenção, Portugal prepara-se agora para entrar na fase da recuperação. Mas terá de fazê-lo enquanto ainda dança com o vírus, sem a ajuda do motor do turismo e com a capacidade de financiamento limitada. Como seremos capazes de recuperar a economia, de proteger o emprego e de fintar a crise mais perigosa das nossas vidas?

Texto Nuno Aguiar e Rui Barroso*



O “Grande Confinamento” colocou a economia no congelador. Com toda a gente fechada em casa, o desafio era evitar ao máximo os despedimentos e as falências. Agora, Portugal prepara-se para uma segunda fase, em que volta a ligar o interruptor da atividade económica. Porém, as empresas e os consumidores não se ligam só com o toque num botão. O medo do vírus, as limitações ao turismo e os estrangimentos orçamentais deverão impedir a aceleração de uma economia que estará a funcionar com menos motores. Como poderá o Governo pô-la novamente a voar?

Pode parecer paradoxal, mas o que vivemos até agora foi a parte mais simples: mandar fechar. Foi politicamente sensível, mas eram ordens claras. As medidas de apoio, apesar de dispendiosas, tinham como principal objetivo assegurar a tesouraria das empresas no curto prazo. Daqui para a frente, as indicações serão mais ambíguas e as políticas económicas mais complexas de idealizar e de chegar ao terreno. Vamos começar a regressar aos territórios, mas devagar e à vez. Já podemos voltar a almoçar fora, mas com dois metros de distância uns dos outros. Voltaremos ao cinema, mas só com lugares marcados e lotação limitada. Será, portanto, uma dança constante entre o desejo de voltar a ter uma economia que funcione e a necessidade de manter a pandemia controlada.

Na altura em que este texto é escrito, os planos do Governo ainda não são totalmente conhecidos, mas o executivo foi deixando algumas pistas sobre quais poderão ser as grandes prioridades económicas. “O importante é que a nossa

JOÃO MIRANDA

> PRESIDENTE DA FRULACT

“Dado o perfil e a génese da crise que vivemos, estou certo de que a retoma acontecerá somente quando houver visibilidade sobre o futuro próximo e consequentemente, quando for retomada a confiança ao nível pré-Covid.

A Europa percebe agora que, para renascer desta crise, terá de “desglobalizar”, criando algumas barreiras à entrada e promovendo a reindustrialização e a sua soberania industrial.

É para este processo que Portugal e as empresas portuguesas se devem preparar, devendo o Estado português incidir o foco na modernização da nossa indústria, nos mais diversos setores em que temos competências comprovadas.

A reindustrialização em Portugal foi um tema central na anterior crise, a qual depois acabou por derivar para a Indústria 4.0, mas a verdade é que nunca se passou do processo de intenções. Chegou o momento de “rematar à baliza” e de fazer chegar a automação e a robotização, ou a digitalização e o IoT ou, ainda, a Inteligência Artificial e a requalificação dos recursos humanos à nossa indústria, dando-lhe capacidade para uma resposta robusta e atempada às oportunidades que serão criadas na Europa com o processo de “desglobalização”.

Esta crise provou que fomos capazes de implementar ao nível laboral, em poucas semanas, o uso de tecnologias e novos comportamentos, que todos só perspetivávamos que viessem a acontecer evolutivamente durante os próximos cinco a dez anos. É essa predisposição que ganhamos que devemos aproveitar para fazermos parte do processo de mudança da indústria na Europa, marcando o nosso próprio espaço e fazendo valer as nossas diversas vantagens comparativas.”



economia cresça o mais rápido possível”, afirmou o ministro da Economia, na Assembleia da República, elegendo como prioridades a transição energética, a economia circular, a redução das emissões de carbono, a digitalização e a reorientação da indústria, de forma a beneficiar da relocalização das grandes cadeias de valor.

A Comissão Europeia aponta um caminho semelhante para Portugal. “Será importante antecipar projetos de investimento público e promover o investimento privado através de reformas relevantes”, considerou Bruxelas na avaliação da primavera, no âmbito do semestre europeu. Além de investimentos para apoiar a inovação, a digitalização e a energia verde, é também sugerida uma aposta forte na ferrovia e noutras infraestruturas. As prioridades para fazer a economia arrancar rumo a um crescimento sustentável aparentam ser claras, mas executá-las será outra conversa, tanto ao nível de financiamento como dos melhores instrumentos a utilizar.

O investimento público terá de ser um pilar. No entanto, os últimos anos mostram que esta é uma área em que o Governo tem tido dificuldades manifestas, falhando sempre por muito as metas que foi inscrevendo nos orçamentos. Em 2019, por exemplo, conseguiu investir apenas 1,9% do PIB, longe dos 2,3% programados no Orçamento do Estado (OE). Portugal tem sido também um dos países europeus com o mais pequeno peso do investimento do Estado na sua economia. Pedro Siza Vieira realça agora a necessidade de executar o que estava planeado e de “acelerar” a sua implementação, enquanto o ministro do Planeamento já disse que este seria o “coração do plano de recuperação”.

“Em qualquer recessão, é normal que os governos tentem estabilizar o ciclo económico. Todos os países o fazem e é o que tem sido feito nos últimos 100 anos nestas situações”, afirma à EXAME António Afonso, professor catedrático no ISEG. “Alguns estudos para vários países da União Europeia mostram que o ganho agregado do investimento público é positivo.”

EMPREGO, EMPREGO E EMPREGO

Embora o investimento público seja mais vasto e diverso do que aquele que é feito via construção, é praticamente inevitável que esta tenha um papel importante. O Governo parece achar que isso traz uma vantagem: a capacidade de absorver emprego que vai ser destruído em alguns setores, em especial a restauração e a hotelaria. Em entrevista ao *Expresso*, o primeiro-ministro prometeu “um programa de emprego que permitisse absorver muita da mão de obra que ficou disponível” e referiu-se, em específico, à construção, em que havia “falta de mão de obra” e à floresta, que “implica mão de obra intensiva”.

Construção e restauração partilham algumas características. São dois setores de trabalho intensivo, com uma mão de obra pouco qualificada, alguma informalidade e salários baixos. Mas as diferenças também são óbvias: existe muita mão de obra feminina nos restaurantes, a qual obviamente não fará uma transição para a construção civil. “Não sei se as pessoas querendo fazê-lo e se têm a capacidade técnica e psicológica para isso”, nota António Afonso. Há quem aponte como possibilidades mais eficazes para absorver essa mão de obra a realização de inquéritos (antecipação do Censos 2021?), os serviços de apoio social ou certo tipo de atividades na saúde. A limpeza de flo-

MIGUEL FERREIRA

PROFESSOR CATEDRÁTICO NA NOVA SBE

A rapidez e a dimensão da crise económica causada pela pandemia da Covid-19 colocam grandes desafios para a retoma da economia, sendo o papel das políticas públicas decisivo. No imediato, os apoios públicos têm de ser universais, simples e rápidos para resolverem a crise de liquidez das empresas e manterem a capacidade produtiva através da atribuição de subsídios (por exemplo, através do mecanismo do layoff) e da concessão de linhas de crédito com garantia do Estado.

As linhas de crédito têm a vantagem de serem menos dispendiosas para o Estado, mas vão provocar um excessivo endividamento das empresas e dificultar a recuperação económica. Os proprietários de empresas excessivamente endividadas têm poucos incentivos para investir e criarem emprego, pois os lucros futuros vão ser absorvidos pelo serviço da dívida. Neste contexto, há algumas soluções que permitem atenuar este problema geralmente designado por “*debt overhang*”, o que podemos traduzir por “ressaca de dívida”.

Uma das soluções consiste em capitalizar as empresas através da criação de fundos de capitalização (com capitais públicos e privados) que injetem liquidez nas empresas com objetivos claros de rentabilidade, mas

por prazo limitado e sem a intervenção direta na gestão (o Estado não tem propriamente um bom *track record* como gestor de empresas). Em contrapartida, as empresas capitalizadas devem pagar uma sobretaxa de IRC ou de IVA no futuro (o Estado tem um bom *track record* como cobrador de impostos) que permita ao Estado recuperar o investimento.

Este processo de capitalização deve ser apenas direcionado para as empresas viáveis, avaliadas por entidades independentes, em setores como a saúde, a educação e a transformação digital, bem como para empresas exportadoras que possam tirar partido da diversificação geográfica das cadeias de valor globais que vai ocorrer no período pós-pandemia. Deve-se evitar a todo custo criar empresas-zombies que sobrevivam apenas porque têm apoios públicos.

No caso das empresas não viáveis, a solução consiste em adotar processos rápidos e eficientes para lidar com a onda gigante de reorganizações e de liquidações de empresas que se aproxima rapidamente. Setores como o turismo, lazer e restauração vão ter de inevitavelmente encolher, e é importante que os recursos e o capital humano disponíveis sejam rapidamente reconvertidos e realocados a outros setores de atividade com oportunidades de crescimento.



RUI MIGUEL NABEIRO

ADMINISTRADOR DO GRUPO NABEIRO-DELTA CAFÉS

Vivemos muitas e permanentes mudanças nos últimos meses, nas nossas rotinas, empresas e até em nós próprios. Como tal, é essencial reinventar a nossa forma de viver e de trabalhar, encontrando novas soluções de diversificação do negócio e identificando novas oportunidades.

Na Delta, continuamos a adaptar estratégias de forma a dar resposta às alterações sentidas e estamos particularmente focados no desenvolvimento de iniciativas de apoio ao canal Horeca e no reforço da confiança do consumidor no regresso aos estabelecimentos. Por exemplo: lançámos o Delta Consigo, uma das iniciativas disponibilizadas no site deltacomtodos.com, a qual consiste no apoio prestado por uma equipa especializada que esclarece e aconselha relativamente às diretrizes disponibilizadas pelo Estado Português – microcrédito, layoff, suspensão de rendas, entre outras – e, caso seja necessário, presta assistência no processo de candidaturas, promovendo uma maior capacitação no desempenho do seu negócio. Paralelamente, também a Delta Cafés lançou, em parceria com

a startup portuguesa ClassiHy, a plataforma #Volta-remosPortugal, em que os consumidores puderam comprar *vouchers* de consumo em restauração e em que 50% do valor foi assegurado por nós, tendo ultrapassando os 110 mil euros de valor total angariado. Pretendemos, com este tipo de medidas, promover o necessário foco e dinamismo que se revelam fundamentais nesta altura. Nesta fase de reabertura, começámos pela disponibilização das ferramentas necessárias aos nossos clientes, para que estes consigam dar todas as garantias de segurança aos seus consumidores. É um fator, sem dúvida, determinante para a economia do setor e do País, mas temos de continuar a ter confiança na nossa restauração, pois só a confiança permitirá assegurar os resultados que todos pretendemos alcançar.



VERÃO TURÍSTICO PODE SURPREENDER

País agita a bandeira da segurança para atrair turistas, que procuram zonas de refúgio. Portugueses devem ser primeiros a retomar



Fortemente quebrada pelo desaparecimento da procura, a cadeia de serviços no turismo está em reconstrução com o verão na mira. Com medidas reforçadas de segurança e higiene, aeroportos, companhias aéreas, hotéis, empresas de animação turística, restauração ou equipamentos culturais já reabriram ou calendarizaram a reabertura. Com limitações previsíveis das viagens internacionais nos próximos meses, os turistas nacionais serão o primeiro alvo de uma campanha de promoção específica.

“É muito importante para Portugal que, mesmo com níveis de ocupação muito baixa em junho ou julho, os hotéis abram as suas portas (assim como o fizeram os restaurantes ou os museus) com o objetivo de apresentar ao mundo um destino a operar e com as medidas necessárias para mitigar os riscos”, aponta Eduardo Abreu. “É por isso que muitas das medidas de suporte ao setor devem integrar também uma reflexão sobre o mérito das empresas abrirem mesmo com resultados operacionais previsivelmente negativos”, sustenta o sócio da consultora Neoturis.

Entretanto a Comissão Europeia recomendou uma estratégia concertada de reabertura das atividades turísticas no espaço da União, gradualmente durante este verão e ao longo do próximo inverno. O objetivo é levantar de forma coordenada as medidas de confinamento e reiniciar negócios e vida social, com a abertura das fronteiras, a ativação das redes de transportes e dos serviços de alojamento, além de garantir liquidez às empresas (para evitar o cancelamento de viagens propõe, em alternativa, *vouchers* para remarcação de férias). Eduardo Abreu dá conta de sinais recentes de uma retoma das reservas, mesmo que lenta, a partir de junho, o que poderá significar “um verão a níveis que há um mês eram difíceis de antecipar”. E sublinha que, no pós-pandemia, não será

necessário alterar substancialmente a estratégia do País, mantendo-se válida a aposta nos atuais produtos turísticos. Zonas com menor densidade, produtos relacionados com a Natureza ou atividades ao ar livre podem ser sempre valorizados através de “ajustamentos táticos” para aumentar a diversidade geográfica da oferta, argumenta. Com as “microcations” a substituir as “vacations”, a preferência por unidades localizadas em refúgios ecológicos já está a ser notada por grandes cadeias como o grupo Pestana, enquanto a Associação Portuguesa do Alojamento Local detetou maior procura por casas isoladas com piscina.

Com o mês de março a trazer o primeiro reflexo da pandemia – uma queda de quase 60% das dormidas no mês das primeiras medidas de confinamento –, o Governo acredita numa retoma em 2021 que devolva a atividade a níveis semelhantes aos de janeiro e fevereiro, quando antes do surto pandémico as variações nas dormidas eram de dois dígitos. “Acredito que esses números vão regressar”, disse recentemente a secretária de Estado do Turismo, Rita Marques, num webinar da revista *The Economist*.

Para já, o País acena com os trunfos da segurança do destino, da forma como tem lidado com a pandemia e da certificação sanitária (lançou um selo, Clean&Safe, que garante estabelecimentos e serviços preparados contra o novo coronavírus) para reconquistar a confiança dos turistas. A incógnita é como, quando (e se) poderá ser absorvida a mão de obra perdida no setor. Na primeira quinzena de maio, 55% dos estabelecimentos de alojamento e restauração estavam encerrados. E em abril, o setor foi dos mais penalizados no número de inscritos nos centros de emprego, com mais 15 mil desempregados num ano. P.Z.G.

restas e uma renovada aposta na formação e na requalificação também podem ser hipóteses.

Ricardo Paes Mamede, professor do ISCTE, concorda que “não existe uma sobreposição perfeita entre trabalhadores dos setores mais afetados e o da construção”, mas “há uma sobreposição parcial”. “Pela intensidade de mão de obra, é inevitável a construção ser ativada”, acrescenta. E, apesar de talvez pensarmos automaticamente em betão, há opções mais sofisticadas. O economista defende que é fundamental que as apostas feitas sejam no sentido de uma alteração estrutural: mais eficiência energética, transição digital, investimentos na infraestrutura digital. Eduardo Costa, professor convidado na Nova SBE, sugere mais alternativas: “Seria relevante apostar no transporte de mercadorias, em ferrovia, para aumentar a competitividade dos portos, expandir a atividade do aeroporto de Lisboa... A pandemia também pôs a nu as necessidades de investimento no SNS.”

Os economistas contactados pela EXAME concordam que a prioridade do Governo deverá ser a de manter o maior número possível de empregos, num momento em que a pressão de despedimentos e falências deve aumentar. “Neste momento, já ninguém discute um cenário de grande desemprego. Não acredito que todas as pessoas em lay-off possam regressar aos seus empregos. A prioridade tem de ser: emprego, emprego, emprego”, aponta Eduardo Costa.

No entanto, por mais ambiciosas que sejam as iniciativas do Governo, é pouco realista pensar que elas serão capazes de aplacar a totalidade do choque económico provocado pela Covid-19, principalmente em setores mais expostos ao turismo, o qual continuará a sofrer com as limitações de movimento. É também pouco realista esperar que as dificuldades dos restaurantes apenas durem meia dúzia de meses – e o mesmo para os hotéis e algum comércio.

A má notícia é que o turismo tem sido a principal força por detrás do crescimento português nos últimos anos. Mesmo se o resto do tecido empresarial recuperar totalmente – um grande “se” –, a economia terá de ser capaz de voar sem um dos seus motores. É possível, mas deverá ser uma viagem mais lenta. “A economia teve um motor nos últimos anos: o turismo. Ele

agora desapareceu. Temos de encontrar outro”, diz Eduardo Costa. “Portugal não irá perder a sua vantagem competitiva, o sol e as praias, mas a ideia de que será uma crise temporária que afetará apenas 2020 e 2021 não faz sentido. Onde iremos encontrar o crescimento?”

O próprio economista sugere alguns candidatas, referindo as reconversões do têxtil e do calçado, a nanotecnologia no Porto e em Braga, os *data centers* da Covilhã, a *cluster* aeronáutico de Évora e a setor logístico. “Sempre achámos que Portugal estava mal localizado, mas é uma vantagem estar situado entre o continente americano e África. O porto de Sines tem tido um grande crescimento”, aponta, deixando, no entanto, um alerta. “Esta reconversão não será rápida.”

O que suscita outra questão: como nos aguentaremos até lá? Segundo Keynes, “no longo prazo, estamos todos mortos”. Para António Afonso, é fácil imaginar um cenário dramático. “Se a situação não se reverter depressa, provavelmente acontecerá o mesmo do que na última crise. Não estou a ver uma solução fácil”, avisa. “O Estado é chamado a suprir falhas de rendimento, mas isso custa dinheiro. Se a economia não abrir rapidamente até junho-julho, temo que esta seja uma situação insustentável.”

O problema é que essa abertura não está nas mãos de ninguém. Pode-se ligar o tal interruptor, mas as lâmpadas só acendem quando querem e alguns fusíveis poderão estar queimados. Ora, é tão importante autorizar os restaurantes a abrirem como é as pessoas terem confiança para voltarem a um. “Os nossos comportamentos estão diferentes e estamos a regressar à normalidade possível. Restaurantes e hotéis continuam vazios”, explica Eduardo Costa. “Do ponto de vista económico, faz sentido o primeiro-ministro e o Presidente da República estarem em restaurantes e em cafés, mas do ponto de vista da saúde pública vamos criar riscos. Não tenho a certeza de que seja desejável que tenhamos restaurantes e cafés cheios. Uma segunda onda pode ser pior do que uma recuperação lenta.”

É a tal dança complicada. Uma ideia também frisada pelo ministro da Economia. “Agora é preciso abrir, sem medo, com confiança. Mas essa confiança constrói-se, certificando-nos de que os passos

RESTAURAÇÃO

Um dos setores mais afetados pelo Grande Confinamento começou a abrir as portas. Mas os tempos que avêm vão obrigar a muitas mudanças. Sobretudo, no pensamento

Se há palavra que entrou no léxico dos amantes de gastronomia durante os últimos anos foi “experiência”: deixámos de ir jantar ou almoçar e passámos a ir ter experiências. Das tascas gourmet aos restaurantes com Estrelas Michelin, muitos apostaram neste novo trunfo comunicacional que pretendia, acima de tudo, distinguir as centenas de espaços que, motivados pela retoma económica e pelas hordas de turistas que escolheram Portugal para passar férias, foram abrindo sobretudo nas grandes cidades.

E esse vai ser, possivelmente, um dos grandes problemas nesta retoma de atividade: é que as boas experiências têm a vida dificultada em contexto de Covid-19. Grande parte dos restaurantes voltou a abrir as portas no passado dia 18 de maio, com uma série de regras apertadas para cumprir: lotação limitada; panos descartáveis e diferenciados para todas as divisões do espaço; constrangimentos no contacto com os clientes; mesas afastadas pelo menos dois metros; limitação no número de pessoas no mesmo grupo... Uma série de regras novas que não só dificultam a vida

aos trabalhadores, mas que tornam o modelo de negócio mais desafiante, num setor em que as margens já são genericamente baixas e a oferta demasiada para tempos de crise. Para Teresa Vivas, ativista da Mesa Cultura Gastronómica, o primeiro conselho é que quem tem essa possibilidade, aposte como nunca nos espaços exteriores, onde as pessoas se sentem mais seguras. Mas, a médio e longo prazo, a especialista acredita que “um caminho que pode ser muito útil é o da descentralização”, começa por apontar, em declarações à EXAME. “Podemos criar uma ligação muito forte entre a agricultura e a gastronomia”, agora que a desglobalização parece ter vindo para ficar, pelo menos durante os

próximos tempos. “Na verdade somos um País tão pequenino que não temos Interior. E vou dar o exemplo de um caso muito específico: lá em cima, no Alto Tâmega, há um moinho de pedra perfeitamente funcional que não tem quem saiba trabalhar com ele. Muitas padarias de Lisboa vão buscar o grão lá acima para depois o moer cá em baixo, e fazer o pão. Considero um grande caminho olhar e repovoar-se o Interior, que tem sido muito abandonado e muito desertificado. Quem está na cidade tem muito conhecimento adquirido” que se pode mostrar útil nesta ocasião. Até porque, salienta, numa altura em que a grande maioria das pessoas está a descobrir que afinal é possível trabalhar fora das cidades – o teletrabalho também veio para ficar –,

regressar aos sabores tradicionais do País é uma boa forma de recuperar um setor que se foi tornando cada vez mais internacional num movimento natural de tentar acompanhar as grandes capitais europeias e mundiais na oferta gastronómica. “O que esta pandemia nos fez foi voltarmos a olhar para a nossa cozinha”, com a ajuda do fecho das fronteiras

que penalizou a importação de muitos ingredientes. “Até agora, olhávamos muito para fora. Queríamos descobrir os misos, as técnicas internacionais... mas isto não foram erros, foi um processo evolutivo. Portanto, agora é preciso recordar que as nossas coisas não são piores do que as que vêm de fora.” E apostar nelas para voltar a ganhar os consumidores. Na certeza de que, tendo em conta as regras apertadas das autoridades para os espaços de restauração, “eles vão ser dos lugares mais desinfetados e seguros para se comer”. Resta saber se as experiências vão continuar a ser tão boas. Para já, os clientes ainda não enchem os espaços, mesmo com a lotação severamente reduzida. **M.V.L.**



ANTÓNIO SARAIVA

> PRESIDENTE DA CIP

A principal condição para a retoma da atividade económica é a confiança, dos consumidores e dos empresários. Mas, para retomarmos o caminho do desenvolvimento económico, é também imprescindível que as empresas existam, que estejam operacionais e que tenham a capacidade de manterem postos de trabalho. Foi por isso que a CIP apresentou propostas para um plano extraordinário de suporte à economia portuguesa, no qual se preveem medidas para a recapitalização das empresas e o reforço das linhas de crédito disponibilizadas para o apoio à tesouraria. Na retoma da atividade económica, temos de ter a noção de que é necessário responder aos desafios que antes estavam presentes e que agora serão até mais urgentes, como a digitalização ou a formação para a nova economia. A nossa competitividade e as condições para o desenvolvimento dependem disso.

PEDRO AFONSO

> CEO DA VINCI ENERGIES PORTUGAL

O retorno à normalidade será lento. A retoma da economia faz-se por meio da reconstrução de confiança. Sem querer fazer previsões para os próximos tempos, deixo uma ideia para que este regresso possa ser mais “normalizado”: manter o nível de consumo que tínhamos antes da Covid, pelo menos no caso de quem não teve redução de rendimentos, para a sobrevivência de pequenos negócios que, durante estes meses, tiveram de fechar as portas. E porque já estamos a viver dias de desconfinamento gradual, já poderemos tomar o café na pastelaria, almoçar no restaurante da esquina e pedir o *takeaway* especial do café do bairro que, de um dia para o outro, teve de reinventar-se. Consumir e gastar – nos níveis pré-Covid –, pelo menos nesta fase de arranque... Sendo uma pessoa poupada, nunca pensei um dia vir a escrever isto! Sempre com este “mas”: cumprir todas as recomendações das autoridades de saúde, escrupulosamente e sem quaisquer exceções.



TIAGO BARROSO

> CEO DA EVERIS PORTUGAL

Se observarmos os comportamentos que foram adotados por todas as pessoas durante o período de confinamento que vivemos – ensino remoto, reuniões familiares por videoconferência, generalização de serviços online, etc. –, é evidente que estamos perante uma revolução de aprendizagem digital, muito acelerada e transversal. Para muitas pessoas, foi um esforço enorme, mas o salto está dado. Nesta perspetiva, podemos capitalizar esta revolução da aprendizagem que esta crise originou para aprofundar a adoção de soluções digitais no nosso dia a dia. Este é um caminho que já estava a ser percorrido, mas que pode ser agora muito mais acentuado: as empresas para transformarem e alavancarem os seus negócios, e também o Estado para simplificar processos de relação com os cidadãos. Este é apenas um dos possíveis ângulos de análise do futuro da economia, ao qual estou naturalmente atento enquanto líder de uma empresa na área das tecnologias de informação.



que agora damos são seguros e que nos permitem avaliar que a reposição da nossa vida coletiva se faz sem o descontrolo da doença”, sublinhou.

Além das prioridades económicas estratégicas de longo prazo, nos primeiros tempos de relançamento poderão ser direcionadas ajudas para os setores mais afetados, de forma a incentivar a confiança e proteger, na medida do possível, empregos e empresas. O Governo admite reforçar o capital de algumas empresas em dificuldades e apoiar, a fundo perdido, a reconversão de empresas, com o objetivo de obedecer a novas regras de saúde e de segurança.

Os restaurantes, por exemplo, poderão ter de reestruturar a própria natureza do seu negócio, virando-o mais para o *take-away* ou para as entregas ao domicílio. O Estado pode ajudar nessa transição. “Precisamos de uma espécie de política industrial para a restauração”, afirma Ricardo Paes Mamede, professor do ISCTE. “O setor está à beira de uma quebra abrupta. Ou há uma reconversão ou alguns restaurantes não se vão safar.”

À ESPERA DE BRUXELAS

Portugal parte para esta batalha ainda com outro *handicap*, além da dependência turística. Embora tenha atingido um excedente orçamental em 2019, não reduziu muito a sua dívida pública que continua a ser uma das mais altas da Europa. Terminou o ano passado em 117% do PIB. A resposta que já foi dada para aguentar a economia e o tombo que a atividade terá este ano poderá elevar esse indicador para valores recorde. O FMI estima que o rácio atinja os 135% no final de 2020. Um máximo histórico.

Com receio de uma repetição do filme da crise anterior, esse endividamento atua como um limite de velocidade na ambição das medidas orçamentais do Governo para lidar com a Covid-19. O complicado não parece ser delinear o plano de relançamento, mas, sim, financiá-lo.

O nível de agressividade dessa intervenção estará muito dependente daquilo que acontecer na União Europeia. Um dos motivos para ainda não sabermos muito sobre os planos do Governo para a reabertura da economia é a indefinição na frente comunitária. Embora já tenham presencia-

do a atuação rápida e significativa do BCE, a criação um seguro europeu de apoio ao emprego e a regulamentação do acesso a fundos do Mecanismo Europeu de Estabilidade, os Estados-membros estão nesta altura a negociar um fundo de recuperação que servirá para estimular uma retoma simétrica que consiga alisar os pontos de partida com que os diferentes países iniciam a maratona da recuperação.

Neste campo, as novidades das últimas semanas são promissoras, com França e Alemanha a apresentarem uma proposta que permitirá uma emissão de dívida conjunta pela União Europeia e a distribuição desse dinheiro a fundo perdido pelas regiões mais afetadas pela pandemia, via quadro comunitário. O poder de fogo pretendido é de 500 mil milhões de euros, que serão, na prática, transferências entre os países. Algo a que Berlim sempre se recusou e que, neste contexto, admite.

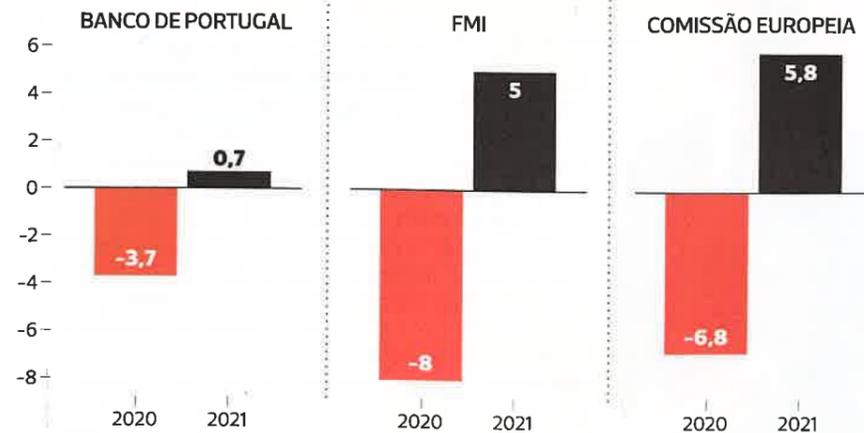
Na altura em que este texto é escrito, ainda não é claro se será possível ter um acordo a 27 ou se o chamado “grupo dos forretas” (Holanda, Áustria, Suécia, Dinamarca) conseguirá bloquear esta iniciativa. “Se esta proposta do eixo franco-alemão não se traduzir depressa em dinheiro que chegue à economia e se não houver clareza da parte das instituições europeias, será muito difícil haver uma recuperação rápida”, diz Paes Mamede. “Não há mecanismos naturais que garantam uma recuperação de um choque desta natureza. O rasto de destruição poderá ser muito significativo.”

Mas desta vez, e contrariamente ao que aconteceu na última crise, a resposta europeia parece ser mais célere. E os líderes das maiores economias do euro dão sinais de quererem evitar uma nova crise existencial na UE, que facilmente se tornaria combustível para populismos e aumentaria o risco de desintegração. “Este é o momento da verdade em que temos de decidir se a UE é um projeto político ou se apenas é um projeto de mercado. Acredito que é um projeto político e nós precisamos de transferências e de solidariedade financeira”, disse o Presidente francês, Emmanuel Macron, numa entrevista. Angela Merkel defendeu também a necessidade de se agir no sentido de tirar a Europa desta crise.

Porém, mesmo com a aparente vontade de os líderes europeus encontra-

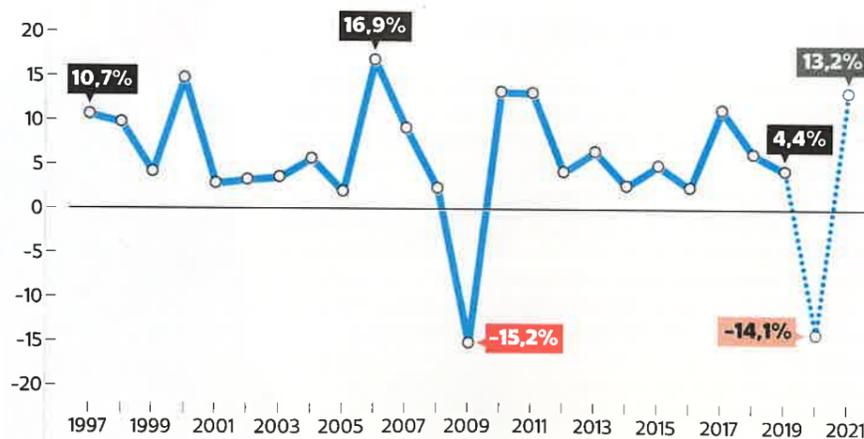
CRESCIMENTO DA ECONOMIA

Varição do PIB



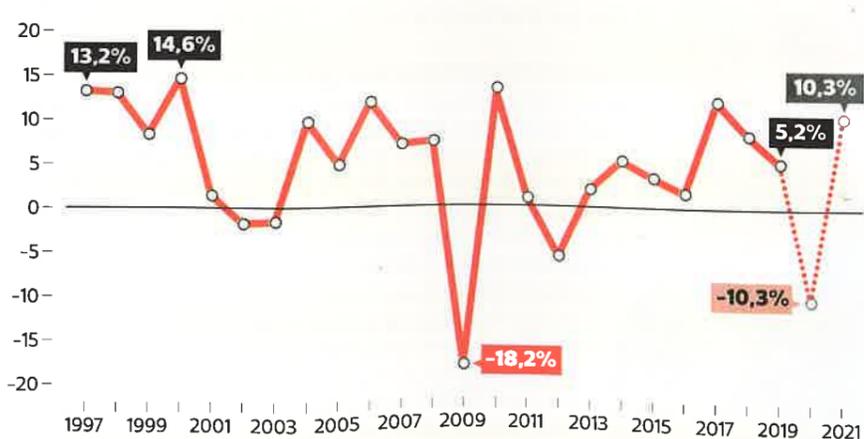
EXPORTAÇÕES

Varição (%)



IMPORTAÇÕES

Varição (%)

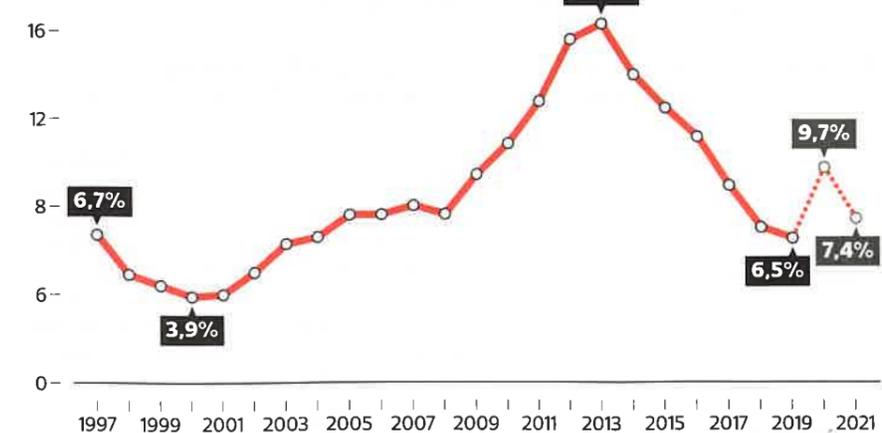


FONTES Banco de Portugal, FMI, Comissão Europeia e INE

INFOGRAFIA AR/Exame

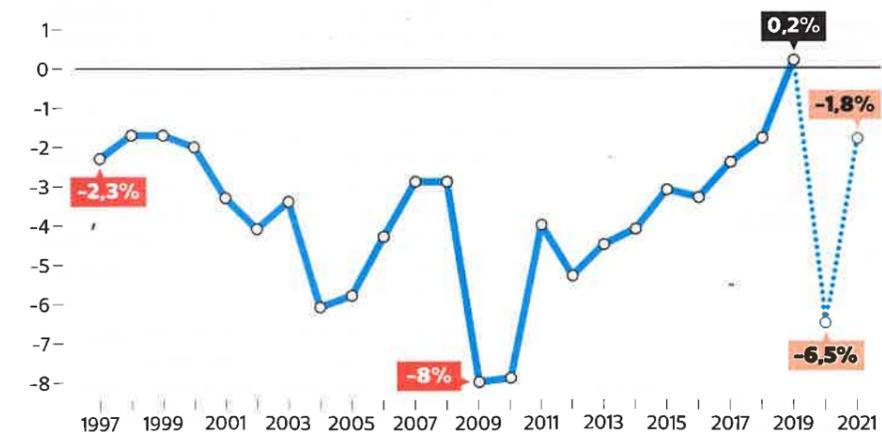
TAXA DE DESEMPREGO

Em % da população ativa



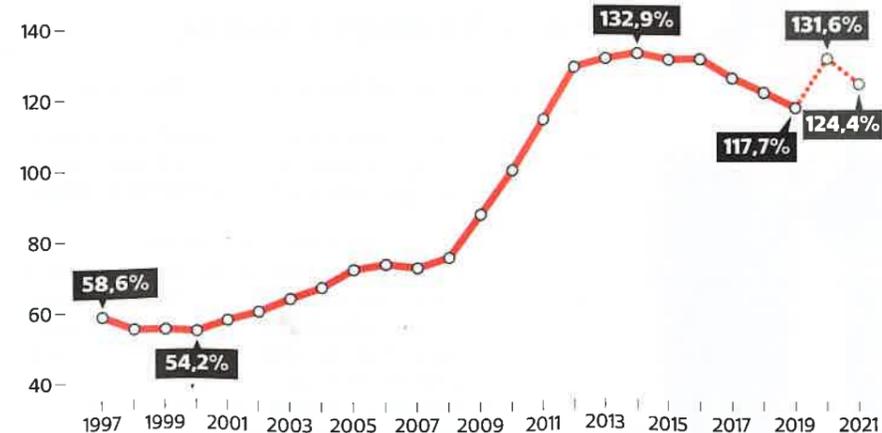
DÉFICE

Em % do PIB



DÍVIDA PÚBLICA

Em % do PIB



FONTE INE

INFOGRAFIA AR/Exame

rem soluções para relançar a economia dos países da UE, o processo de decisão é complexo – e é propenso a ser afetado por grãos de areia que podem emperrar a engrenagem, como o demonstrou a decisão do tribunal constitucional alemão quando pediu explicações ao BCE sobre a proporcionalidade do seu programa de compras.

LEVAR AS MUNIÇÕES À LINHA DA FRENTE

A estratégia de relançamento terá em conta as prioridades económicas e a dimensão do arsenal financeiro que o Governo terá à disposição. Mas, para ser eficaz, tem de se pensar também nas melhores formas de fazer chegar esses impulsos às empresas, que terão de ser a linha da frente da retoma. Os últimos meses deixaram marcas difíceis de ultrapassar. Para se dar uma ideia: os resultados das maiores cotadas da bolsa portuguesa encolheram mais de metade no primeiro trimestre do ano, muito à conta de apenas duas semanas de estado de emergência. Em empresas mais pequenas e menos diversificadas, os impactos serão bem maiores. Para muitas delas, ultrapassar o confinamento foi como completar uma corrida de meio-fundo e chegar quase sem fôlego à meta. O pior é que não haverá grande pausa para respirarem antes de terem de se atirar à dura maratona do relançamento. O tecido empresarial vai chegar a esta nova fase mais endividado e mais desgastado.

Além da situação financeira mais frágil, em muitos setores a incerteza sobre a evolução das receitas é grande e, muito provavelmente, levará bastante tempo para que regressem aos níveis pré-pandemia, o que também limita as decisões de endividamento, mesmo que o conseguissem fazer. A capacidade de investimento está a ficar comprometida, dificultando a regeneração económica. Se, numa primeira fase, muitas empresas sobreviveram com as medidas de liquidez, como as moratórias nos créditos e o adiamento no pagamento de impostos e as contribuições, teme-se o que poderá acontecer quando essas medidas saírem do terreno.

“O que se seceia é que, chegando a setembro, [quando acabarem os adiantamentos de impostos e créditos], iremos ter empresas em situações aflitas”, refere António Saraiva, presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), à EXAME. O

governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, alertou num *webinar* recente para o risco de um “efeito precipício”, em que, à medida que os apoios à liquidez forem desaparecendo, as empresas fiquem sem geração de caixa suficiente para fazerem face ao serviço de dívidas e obrigações fiscais.

As linhas de financiamento garantido pelo Estado, num valor de 6,2 mil milhões de euros, foram uma das medidas mais utilizadas pelas empresas. A procura de liquidez levou a que esgotassem rapidamente. As empresas e a banca têm pedido ao Governo que aumente de novo este apoio. Apesar de estes empréstimos ajudarem a resolver o problema de curto prazo, Miguel Ferreira, professor catedrático da Nova SBE, alerta para o risco de uma “ressaca de dívida”, em que o excesso de endividamento das empresas dificultará a recuperação da economia. Já António Pires de Lima defende que é preciso encontrar formas de dar “tempo às empresas para gerirem a sua atividade e recuperação, depois do período crítico”. À EXAME, o antigo ministro da Economia aponta para mais linhas de crédito garantidas pelo Estado, com prazos longos, que permitam “às empresas não contaminar o custo da dívida não-Covid com a dívida contraída no período da pandemia”.

A CIP, nas reuniões que tem tido com o Governo sobre o relançamento da economia, tem pedido uma “bazuca portuguesa”, que inclua um fundo de capitalização de emergência de três mil milhões de euros, linhas de crédito que comecem a ser pagas apenas daqui a cinco anos, incentivos a fundo perdido para quem garanta emprego e o reforço do capital de risco. E algumas das medidas de emergência do confinamento provavelmente terão de ser prolongadas para se evitar a queda no precipício. O Presidente da República aconselhou mesmo o Governo a estender o prazo do *layoff* simplificado.

Por mais apoios que possam vir da Europa, os recursos do Estado serão sempre limitados para uma crise desta dimensão. Depois de, na primeira fase, a estratégia ter sido a de disponibilizar liquidez a quase todos, Miguel Ferreira defende que, no relançamento, “se deve evitar a todo o custo criar empresas-zombies que sobrevivam

OS APOIOS DO ESTADO ÀS EMPRESAS

O Governo colocou no terreno medidas para manter as empresas à tona, durante a fase de confinamento. As empresas e o executivo têm sinalizado que alguns destes apoios podem ser prolongados, de forma a servirem de alicerces ao programa de relançamento da economia

LAYOFF SIMPLIFICADO	O apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho tem sido utilizado por bastantes empresas. Um inquérito da CIP mostrou que 48% das empresas de uma amostra de 1451 recorreram a esta medida que prevê que o trabalhador receba dois terços da sua remuneração ilíquida. A Segurança Social assegura 70% deste valor, e a empresa os restantes 30%. Esta medida tem um custo estimado de cerca de 400 milhões de euros por mês. O prazo do apoio tem um máximo de três meses, mas os setores mais atingidos têm avisado de que este mecanismo tem de ser estendido. O Governo já sinalizou que poderá prolongar a medida para a fase de recuperação
INCENTIVO AO REINÍCIO DA ATIVIDADE	Para apoiar a normalização da atividade das empresas, o Governo comprometeu-se a pagar o valor de um salário mínimo mensal por cada posto de trabalho que seja mantido na primeira fase de retoma. Este incentivo pode implicar uma despesa superior a 500 milhões de euros ao Estado
MORATÓRIA DOS EMPRÉSTIMOS	As empresas têm também a possibilidade de pedir uma suspensão temporária nos pagamentos de prestações de créditos. A moratória dura até final de setembro, mas a maior parte das empresas não aderiu a esta medida. Segundo um inquérito do INE e do Banco de Portugal (BdP), junto de quase nove mil empresas, apenas 16% beneficiaram deste apoio
LINHAS DE CRÉDITO	Os 6,2 mil milhões de financiamentos garantidos pelo Estado esgotaram em duas semanas com 45 mil solicitações de empresas no valor de 9,2 mil milhões de euros. A banca e as associações empresariais têm pedido um aumento do valor das linhas de crédito. A Comissão Europeia autorizou o Estado a ir até um máximo de 13 mil milhões de euros entre financiamentos e subvenções diretas a empresas. O BdP e o INE indicam que 6% das empresas acederam a este apoio, mas há ainda 32% que pretendem beneficiar destas linhas de crédito.
FLEXIBILIZAÇÃO NO PAGAMENTO DE IMPOSTOS	O Estado permitiu o adiamento do pagamento de algumas obrigações das empresas e possibilitou o pagamento faseado do IVA e das retenções na fonte de IRC e IRS. Quase 20% das empresas inquiridas pelo BdP e pelo INE já beneficiaram desta suspensão do pagamento de obrigações fiscais e contributivas, e outras 24% contam vir a fazê-lo. O Governo estima que esta medida implique um alívio de até oito mil milhões de euros na tesouraria de curto prazo das empresas, mas a CIP pede um alargamento deste regime de diferimento dos impostos e das contribuições.



NAZARÉ DA COSTA CABRAL

> PRESIDENTE DO CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

A indústria será o grande desafio nacional: saber aproveitar as dinâmicas em curso da economia digital e da economia circular, para desenvolver novos produtos geradores de valor acrescentado e diferenciadores no mercado internacional.

A revolução digital, que a crise apressou, obrigará empresas a repensar a sua organização e processos produtivos, libertará tempos de trabalho e abrirá espaço para novas formas de conciliação entre trabalho e lazer. A área da cultura terá aqui uma boa oportunidade, e espero que assim seja. A cultura, além de ser marca de civilização, constitui um momento de bem-estar e de prazer e é, sobretudo, fator de estímulo à criatividade, à inovação e ao sentido crítico, condição *sine qua non* do próprio desenvolvimento económico e social equilibrado.

OPORTUNIDADE EM NICHOS DE EXCELÊNCIA

Competências nos serviços de engenharias podem ser cartada de Portugal no futuro da indústria. Gestão tem de tirar maior partido do investimento em inovação



“Já estávamos a fazer a recuperação antes, a partir do momento em que começámos a adaptar-nos. E não é verdade que não estivéssemos preparados: há 20 anos que estamos a levar choques, com a emergência da China ou a regulamentação na Europa.” Para Jorge Portugal, a forma como a indústria do País lidou com o impacto da Covid-19 (que retirou procura e cortou as cadeias de abastecimento) é prova de que o stock estratégico de competências de inovação das empresas portuguesas, acumulado nos últimos anos, funcionou. Com quedas na produção e admitindo recorrer ao *layoff* simplificado, a grande maioria das indústrias não chegou a encerrar – entre 85% e 95% continuaram a funcionar do estado de emergência até às primeiras fases de desconfinamento, segundo o inquérito do INE e do Banco de Portugal. “Atividades mais resilientes e com encomendas centradas no médio prazo (por exemplo, bens de capital) não interromperam a sua atividade, limitando-se a introduzir medidas de contingência, mas as suas perspetivas para o

futuro são muito sombrias”, nota, por outro lado, a EY/Parthenon num caderno específico sobre o impacto económico da Covid-19. O diretor-geral da Cotec Portugal, entidade que impulsiona e monitoriza a estratégia da Indústria 4.0 no País, entende que a crise trouxe lições – como o futuro da Europa e da economia ter de passar pelo reforço da componente industrial – e acelerou tendências que vinham de trás. Como a digitalização, a necessidade de maior proximidade aos clientes, a passagem de uma lógica de globalização para regionalização e a transição de uma produção mais eficiente para uma mais segura. “A crise mostrou a excessiva dependência da China, com que ninguém se preocupava muito. Vamos ter, indústria e cadeias de fabrico, de passar para um novo compromisso entre eficiência e segurança”, afirma, prevendo que isso dite mudanças na escolha de fornecedores nos próximos anos. Na frente da digitalização, as empresas vão deparar com a necessidade de uma maior colaboração digital, interna e externamente, que permita

aumentar a integração de serviços de engenharia não só no desenho como na comercialização dos produtos, áreas de crescimento e onde está a margem. Com um custo cada vez mais baixo, a automação também deverá ganhar terreno, cobrindo as tarefas mais básicas e permitindo ganhar produtividade e qualificar pessoas para ocupações mais exigentes. Outro desafio é o da proximidade com o cliente final, uma peça que aqueles industriais portugueses devem acrescentar à sua cadeia de valor. “A continuidade de digital entre o desenho, conceção, serviço, fabricação e comercialização é algo que muitos não conseguem ainda fazer”, aponta o responsável. Outra prioridade deverá ser o investimento em marca, a única forma de produtos e serviços industriais portugueses se posicionarem perante uma nova geração de compradores de bens de equipamento que operam primeiramente na internet. Entre as áreas onde Portugal pode dar cartas, o diretor-geral da Cotec destaca os serviços de engenharia, o *tooling* – onde o País tem uma grande capacidade

de maquinaria e engenharia de fabrico –, a engenharia de infraestruturas ou a engenharia de integração de sistemas industriais. “Podemos exportar essa capacidade, somos muito bons nos sistemas à medida, a trabalhar em nichos de excelência”, aponta Jorge Portugal. Numa altura em que a Comissão Europeia anunciou a nova estratégia industrial para a Europa ancorada na transição ecológica e digital para aumentar o peso da investigação e trazer mais produção e autonomia estratégica ao Velho Continente, Portugal pontua bem na inovação. Mas apesar de as empresas portuguesas surgirem como líderes no *scoreboard* do espaço comunitário nestas atividades, continuam na cauda em termos do retorno desse investimento transformador. É esse gap que é preciso resolver, diz Jorge Portugal: “Há um grande desafio para os gestores portugueses e para os da indústria: conseguirem melhorar a abordagem estruturada à inovação, usar a infraestrutura de conhecimento e tirar o máximo partido em termos de competitividade empresarial.” P.Z.G.

MARIA DA GRAÇA CARVALHO

> EURODEPUTADA

Nunca, como nos tempos que vivemos, foi tão evidente a importância de uma clara aposta no chamado “triângulo do conhecimento” – Investigação, Inovação, Educação – para se assegurar a segurança, a prosperidade e a qualidade de vida dos nossos cidadãos. A Ciência surge, desde logo, como a principal esperança na luta contra a pandemia da Covid-19, através dos esforços em curso para o desenvolvimento de uma vacina e de terapias eficazes. Mas o seu papel estende-se para lá da emergência de saúde, sendo igualmente importante na recuperação económica, onde pode e deve ser um motor de crescimento, alinhada com pilares como o European Green Deal, a transformação industrial e a digitalização.



apenas porque têm apoios públicos”. O professor da Nova SBE indica que, na estratégia de relançamento, o Estado tem de preparar-se para uma “onda gigante de reorganizações e de liquidações de empresas que se aproxima rapidamente”. A rapidez e a eficiência em resolver esses processos, num País em que a Justiça tem fama de ser lenta, serão também essenciais na regeneração da economia e na realocação de recursos e de capital humano aos setores com oportunidades de crescimento. Algo vai morrer para que algo, com mais potencial e sustentabilidade, cresça. A aterragem provocada pela pan-

SERVIÇOS

Há quem fale em mudanças profundas nos espaços de trabalho e quem as rejeite liminarmente. Afinal, vamos ou não ter espaços diferentes para trabalhar?



Com a assumpção de que o trabalho remoto veio para ficar e de que, nos casos em que tem de ser presencial, a distribuição e organização dos espaços vai obrigatoriamente ter de obedecer a algumas alterações, parece óbvio que os escritórios terão de se adaptar. Embora as imobiliárias acreditem que não vai haver uma diminuição expressiva dos espaços ocupados, isto é: que as empresas comecem, por outro lado, a considerar – a redução de custos torna uma proporção particularmente expressiva quanto a isto. “Poder-se-á especular que existirá uma menor necessidade de área de escritórios por colaborador, mas, no fundo, isso poderá ter uma tradução numa menor densificação e não necessariamente em escritórios mais pequenos, porque o trabalho colaborativo vai ter de ser feito no escritório e as áreas sociais vão ser cada vez mais importantes”, referia Maria Empis, da JLL, durante a

apresentação dos resultados do inquérito *Remote Work em Portugal – Os Escritórios do Futuro*. “Há uma reorganização do espaço e é certo que o teletrabalho veio para ficar, bem como a transformação digital nas empresas. Mas não haverá uma transição total do trabalho no escritório para o trabalho em casa”, concluiu aquela responsável. Na mesma ocasião, os especialistas antecipavam uma tendência para as empresas apostarem em espaços mais diferenciados, que transformem a ida ao escritório numa experiência mais agradável e diferente da que tinham tido até agora. Por exemplo, há algumas organizações que começam já a desenhar salas de ioga e de música para disponibilizarem aos seus trabalhadores. Ainda assim, será difícil imaginar em Portugal uma maioria de organizações a adotar o estilo de escritório muito comum em Silicon Valley – as sedes da Google e

do Facebook destacam-se, com bares, restaurantes, comida à descrição, esplanadas, balneários, salas de jogos e afins –, numa altura em que cada vez mais portugueses dá sinais de querer manter o teletrabalho, pelo menos a tempo parcial. Internacionalmente, há sinais também de que os escritórios, sobretudo os open space, deverão começar rapidamente a ser repensados. “Digam olá aos cubículos separados com paredes altas que ficaram famosos com o filme *O Insustentável Peso do Trabalho*, de 1999”, referia recentemente à CNBC o arquiteto de interiores Gable Clark, diretor da norte-americana SGA. Para os especialistas, vai ser preciso começar a pensar em elevadores contactless, corredores de apenas um sentido, postos de trabalho bem divididos e circulação de ar muito eficiente. E, possivelmente, em alguns casos, vai haver mesmo uma divisão das salas a meio, para

acomodar os trabalhadores que, possivelmente, também passarão a ir trabalhar em dias alternados. Desta forma, é possível aumentar ainda mais a distância entre eles. A verdade é que, para já, falar de escritórios ou de lojas, ou de espaços de atendimento ao cliente do futuro (ou serão do presente?) é assim uma espécie de roleta-russa: cada um vai atirando ideias que acha que fazem sentido, mas poucos têm certeza do que vai acontecer. Porque apesar de haver mudanças já implementadas, os psicólogos e sociólogos anteveem também que um dos maiores desafios que temos pela frente é o do controlo do medo e da insegurança. E só quando percebermos de que forma eles vão condicionar o comportamento de cada um, vai ser possível agir em conformidade para garantir que escritórios ou outros espaços comuns permitam às pessoas um dia produtivo e eficiente com alguma serenidade. **M.V.L.**

demia foi brusca, e há empresas que não conseguirão evitar a tal queda no precipício. A missão agora é fazer com que a economia não siga pelo mesmo caminho. A tarefa não é fácil, porque há motores que não respondem, e, muito provavelmente, não será tão cedo que conseguiremos regressar à velocidade de cruzeiro. O presidente da Reserva Federal dos EUA, por exemplo, já avisou que uma recuperação completa não acontecerá sem uma vacina. Até que a Ciência consiga dar uma resposta que trave o medo relativamente ao vírus, teremos de continuar com manobras de emergência para impedir nova queda a pique da economia. E isso requer ventos favoráveis vindos da UE e decisões acertadas dos pilotos que estão ao comando do País e das empresas. **E**

*Com Margarida Vaqueiro Lopes e Paulo Zacarias Gomes

ANTÓNIO PIRES DE LIMA

> EMPRESÁRIO, EX-MINISTRO DA ECONOMIA

Uma primeira medida daria resposta às necessidades das empresas de financiamento para sobreviverem na retoma: que o crédito bancário com garantias do Estado tenha maturidades longas (por exemplo, 15 anos) e com devoluções do capital emprestado voluntárias e flexíveis até ao fim da maturidade. Uma medida destas iria permitir às empresas não contaminar o custo da dívida não Covid com a dívida contraída no período da pandemia, dando tempo para gerirem a sua atividade e recuperação depois do período crítico. Uma segunda medida seria o Estado doar a todas as famílias um cheque de €500 a usar em atividades turísticas em território nacional até ao fim de setembro. Uma medida destas, que tem um custo orçamental relevante (cerca de €1,5MM mas só cerca de 0,6% da dívida pública) incentivaria as famílias a vencerem o medo saindo de casa para passarem férias cá dentro, e permitiria uma injeção de recursos importante no curto prazo num setor estratégico e profundamente afetado. Sem que se vença o medo não há recuperação económica.



O TELETRABALHO NUNCA FOI TÃO LEVE

E não é só porque pesa menos de um quilo. O portátil Elite Dragonfly é um convertível com uma autonomia invejável, segurança reforçada e preocupações até com o bem-estar dos utilizadores. Versátil como a vida (até em quarentena)

O tema não é novo. Há anos que se discute o impacto da tecnologia na espetável revolução do trabalho, na flexibilização de horários, no equilíbrio tão desejado entre a vida pessoal e o mundo laboral, que já não se confina aos tradicionais escritórios e gravita entre aeroportos, salas de conferência ou mesas de café. A pandemia de Covid-19 só veio acelerar – e, em muitos casos, implementar – um modelo teórico que há muito se antecipava. Um dia, a mobilidade será uma realidade, os escritórios vão tornar-se obsoletos e viveremos em pleno a era do *smart work*. Chegou o dia? Muito possivelmente. Claro que o teletrabalho só é possível se a tecnologia fornecer as ferramentas adequadas para melhor se lidar com a mudança de paradigma. E foi precisamente a antecipar esta revolução laboral que a HP lançou o portátil Elite Dragonfly, o convertível profissional mais leve do mundo, com um peso (em algumas configurações) inferior a um quilograma, colocando o conceito de “portátil” num outro patamar. Ou seja, ideal para quem passa muito tempo fora do escritório. E não somos todos, hoje em dia? Leve e fino, com um **design** apelativo e convertível que lhe



permite rodar sobre si mesmo para 4 diferentes modos de utilização: portátil, tenda, tablet e multimédia, o Elite Dragonfly tem uma **autonomia** que lhe permite trabalhar sem compromissos até 24,5 horas. Equipado com um processador Intel Core i7, este portátil foi ainda reforçado com uma série de funcionalidades de **segurança** que o tornam uma referência na **mobilidade** profissional. Exemplos? A câmara HP Privacy com obturador, o ecrã HP Sure View Gen3 de privacidade opcional e três fatores de autenticação ajudam os utilizadores a controlar o que partilham com o mundo. Em paralelo, o HP Sure Sense defende o utilizador contra os ataques de **malware** recorrendo às capaci-

dades de inteligência artificial. E, por sua vez, o HP Sure Recover com Embedded Reimaging repõe as cópias de segurança rapidamente – a qualquer altura e em qualquer lugar. A **conectividade** é um fator de extrema importância para quem trabalha “por aí” e nessa matéria o HP Elite Dragonfly utiliza o Wi-Fi 6, com velocidades de transferência até três vezes superiores ao Wi-Fi 5. O suporte para 4G LTE permite ainda que os colaboradores se liguem a partir de qualquer lugar sendo o primeiro convertível profissional com antenas LTE 4x4. E porque nem tudo na vida se resume a trabalho e produtividade, a HP teve a preocupação de ajudar os seus utilizadores

a harmonizarem a vida profissional e pessoal com recurso a recomendações de **bem-estar** personalizadas. Por isso, o Elite Dragonfly é o primeiro portátil convertível do mundo com um **software** de bem-estar pessoal instalado, o HP WorkWell, que disponibiliza dicas individuais de produtividade, mede o bem-estar dos utilizadores, aconselhando-os a fazerem pausas. Porque, como afirma Anne-Sophie Hadberg, Directora Geral de Personal Systems, EMEA, HP Inc, “um PC deve disponibilizar a liberdade, a capacidade de adaptação e de transformação da forma como os profissionais precisam de trabalhar nos dias que correm”. Tudo por 1299€ + IVA.



MENOS PLÁSTICO, A HP EM PROL DO AMBIENTE



Sabia que o HP Elite Dragonfly é o primeiro portátil concebido com plásticos do oceano? A HP tem vindo a tomar decisões ponderadas e inteligentes sobre os elementos de plástico reciclado incorporados nos seus equipamentos, conseguindo utilizá-los, por exemplo, na baía onde o sistema de som está instalado. O ambiente agradece.

